**CONTRATO ARTRAN Nº027/2024**

*PAE nº 2024/1033148*

## RESUMO

**CONTRATANTE**

**Estado do Pará | AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DO PARÁ – ARTRAN/PA**
CNPJ nº 53.538.860/0001-40

**CONTRATADO**

**ASSOCIAÇÃO POLO PRODUTIVO DO PARÁ – FÁBRICA ESPERANÇA.** CNPJ nº 07.553.026/0001-06

**OBJETO**

Aquisição de Uniformes Personalizados.

**LOCAL DE ENTREGA**

O serviço será entregue na Rua dos Pariquis nº 1907, Bairro: Batista Campos, Belém, Pará, CEP: 66033-110.

*Forma:* O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, conforme edital.

gov.br Documento assinado digitalmente
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 12:16:10-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Rua dos Pariquis, n.º 1907 ● Batista Campos ● Belém ● Pará ● Brasil ● CEP: 66040-180

**VALOR TOTAL**

R$ 32.085,00 (trinta e dois mil e oitenta e cinco reais)

**REAJUSTE**

*Índice* ☐ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

*Período* Não há previsão de reajuste.

**PAGAMENTO**

*Forma* Ordem bancária.

*Prazo* **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

**FISCALIZAÇÃO**

A fiscal do contrato será a servidora **CLELIA MARIA MELO E SILVA ANDRADE**, CPF nº [redacted], matrícula nº 5189268/5, lotada na Coordenadoria Administrativa e Financeira, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

**VIGÊNCIA**

*Prazo* **90 dias**.

*Início* **26/09/2024**

*Fim* **25/12/2024**

Documento assinado digitalmente
gov.br
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 12:14:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br



## CLÁUSULAS CONTRATUAIS

**CLÁUSULA 1**

Partes

Este contrato tem como PARTES:

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE** | **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DO PARÁ**, CNPJ nº 53.538.860/0001-40 com sede na Rua dos Pariquis, nº 1905, Bairro: Batista Campos, CEP: 66033-110, Belém-PA, neste ato representado pelo **EDUARDO DE CASTRO RIBEIRO JUNIOR**, Diretor Geral da ARTRAN/PA. |
| **CONTRATADO** | **ASSOCIAÇÃO POLO PRODUTIVO DO PARÁ – FÁBRICA ESPERANÇA**, CNPJ Nº 07.553.026/0001-06, com sede na Rua Antônio Barreto, nº 1595, Bairro de Fátima, CEP: 66.060-021, Belém-PA, contato: (91) 99121-4555 e e-mail: comercial@fabricaesperanca.org.br, neste ato representado por sua Diretora Geral, a Sra. KAROLINY VITELLI SILVA, Identidade n.º 18100 OAB/PA. |

**CLÁUSULA 2**

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo da **DISPENSA DE LICITAÇÃO** constante no PAE nº 2024/1033148 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21, art. 75, XV.

**CLÁUSULA 3**

Objeto

**3.1** O objeto da contratação é a aquisição de uniformes personalizados, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

**3.2** Este instrumento se vincula ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta, e aos anexos desses documentos.

**3.3** Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Documento assinado digitalmente
gov.br
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 12:19:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

| ITEM | UND | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | UND | Camisa branca básica manga curta, em tecido Microdry, acabamento na barra e mangas em máquina de costura industrial. Gola polo no mesmo material da camisa, costurada em overlock ponto cadeia e rebatida com máquina industrial reta, sem punhos. Contendo logomarca da ARTRAN/PA. - TAMANHO M: 40 UND. - TAMANHO G: 60 UND. -TAMANHO X/G: 15 UND. | 115 | R$74,00 | R$ 8.510,00 |
| 2 | UND | Chapéu em rip stop, tipo árabe, com protetor de nuca, contendo a logomarca da ARTRAN/PA. | 115 | R$ 40,00 | R$4.600,00 |
| 3 | UND | Boné em rip stop, com logomarca da ARTRAN/PA. Tamanho único. | 115 | R$ 40,00 | R$ 4.600,00 |
| 4 | UND | Colete na cor azul royal, em tecido brim, com 2 bolsos | 115 | R$125,00 | R$ 14.375,00 |
| **TOTAL GLOBAL ESTIMADO** | | | | **R$32.085,00** | |

**CLÁUSULA 4 LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

As condições de entrega e recebimento dos bens são aqueles previstas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA 5**

Preço

O valor global do contrato é **R$ 32.085,00 (trinta e dois mil e oitenta e cinco reais)** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

**CLÁUSULA 6**

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2024**, na classificação abaixo:

gov.br
Documento assinado digitalmente
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 12:24:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

| | |
|---|---|
| **Gestão/Unidade** | |
| **Fonte** : | 01501000061 |
| **Projeto/Atividade** | 82201.26.122.1297.8338- Operacionalização das Ações Administrativas |
| **Elemento de Despesa** | 339030 – MATERIAL DE CONSUMO; |
| **Plano Interno** | 4110008338C |

**CLÁUSULA 7**

Reajuste

Não há previsão de reajuste, em virtude do curto prazo de vigência e da forma de entrega dos bens objetos do presente contrato.

**CLÁUSULA 8**

Pagamento

**8.1** O pagamento será realizado em **30 dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

**8.2** O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADA.

**8.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

**8.4** Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

**8.5** A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

**8.6** A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

gov.br Documento assinado digitalmente
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 12:24:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**8.7** A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

**8.8** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

**8.9** A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

**8.10** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

**8.11** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

**8.12** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

**8.13** O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

**8.14** O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

**CLÁUSULA 9**

Garantia de cumprimento contratual

**9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

**CLÁUSULA 10**

---

Obrigações das partes

**10.1** O CONTRATANTE tem a obrigação de:

**a.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.

**b.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**c.** Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.

**d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.

**e.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.

**f.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.

**g.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

**10.2** O CONTRATADO tem a obrigação de:

**a.** Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.

**b.** Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.

**c.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13, e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.

**d.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**e.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.

**f.** No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruirou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitosou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais emprega-dos.

**g.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontaro valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.

**h.** Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

**1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

**2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.

**3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.

**4.** Certidão de Regularidade do FGTS.

gov.br Documento assinado digitalmente
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 13:51:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**6.** Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.

**i.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

**j.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**k.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.

**l.** Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.

**m.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.

**n.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.

**o.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

**CLÁUSULA 11**

Responsabilidade por danos

**11.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

**11.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

**11.3** O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA 12**

gov.br Documento assinado digitalmente
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 13:09:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Infrações e sanções administrativas

**12.1** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

| Infração | Penalidade |
|---|---|
| **a.** Dar causa à inexecução parcial do contrato. | **Advertência*** <br> * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "*Impedimento de licitar e contratar*". |

| | | |
|---|---|---|
| **b.** | Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. | **Impedimento de licitar e contratar*** |
| **c.** | Dar causa à inexecução total do contrato. | |
| **d.** | Deixar de entregar a documentação exigida para o certame. | * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*". |
| **e.** | Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado. | |
| **f.** | Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado. | |
| **g.** | Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato. | |
| **h.** | Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato. | **Declaração de inidoneidade** |
| **i.** | Comportar-se de modo inidôneo ou cometer **para licitar e contratar** fraude de qualquer natureza. | |
| **j.** | Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame. | |
| **k.** | Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13. | |

**12.2** O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal n° 14.133/21.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

Documento assinado digitalmente
gov.br
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 13:05:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**12.4** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

| Multa |
|---|

***Moratória*** ***Compensatória***

*a.* **0,33%** sobre o valor da parcela inadimplida por **10%** sobre o valor total do contrato, no caso de dia de atraso injustificado até o limite de **x dias** inexecução total do seu objeto.
**corridos**.

**12.5** Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

**12.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

**12.7** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**12.8** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.9** A aplicação das sanções deve observar:

**a.** A natureza e gravidade da infração.

**b.** As peculiaridades do caso.

**c.** As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.

**d.** Os danos causados ao CONTRATANTE.

**e.** A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

**12.11** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.12** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

gov.br
Documento assinado digitalmente
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 13:03:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**12.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

**CLÁUSULA 13**

Alterações do contrato

**13.1** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.2** Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

**13.3** As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**13.4** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

**13.5** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

**CLÁUSULA 14**

Extinção do contrato

**14.1** O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

**14.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

**14.3** Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**14.4** Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

**CLÁUSULA 15**

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pela servidora **CLELIA MARIA MELO E SILVA ANDRADE**, CPF nº [redacted], matrícula nº5189268/5, lotada na Coordenadoria Administrativa e Financeira, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

gov.br Documento assinado digitalmente
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 13:02:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**CLÁUSULA 16**

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual n° 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

**CLÁUSULA 17**

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual n° 121/19.

**CLÁUSULA 18**

Divulgação e publicação

**18.1** O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

**18.2** Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

**CLÁUSULA 19**

Vigência

**19.1** O contrato terá vigência de **90 dias (pronta entrega)**, com início em 26/09/2024 e término em 25/12/2024

**19.2** Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

**19.3** Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

gov.br Documento assinado digitalmente
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 13:00:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**CLÁUSULA 20**

---

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

**Belém (PA), 25 de setembro de 2024.**

gov.br Documento assinado digitalmente
KAROLINY VITELLI SILVA
Data: 30/09/2024 12:27:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

**EDUARDO DE CASTRO RIBEIRO JUNIOR**
**Diretor Geral ARTRAN/PA**
*Contratante*

**KAROLINY VITELLI SILVA**
**Diretora Geral**
Associação Polo Produtivo Do Pará – Fábrica Esperança
*Contratado*

CPF:
*Testemunha*

CPF:
*Testemunha*